

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS BARREIRAS E DESAFIOS

Luana Nascimento Rocha Simão¹

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa sociologicamente as dificuldades enfrentadas pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara na efetivação das exigências legais de inclusão de estudantes com deficiência, neuro-divergência e transtornos de aprendizagem. O foco está nas diferenças percebidas entre alunos com e sem essas condições, em relação à acessibilidade e às barreiras institucionais.

A investigação se apoia nas teorias de Norbert Elias e John Scotson (Estabelecidos e Outsiders), Maria Helena Patto (fracasso escolar) e Émile Durkheim (fato social), para compreender como as normas sociais universitárias contribuem para exclusões. A metodologia mista inclui análise de dados institucionais e questionários. Os resultados indicam barreiras metodológicas, sociais e estruturais, exigindo mudanças profundas.

Apesar da Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão desde 2018, os entraves persistem. Pretende-se, em etapas futuras, ampliar o questionário e incluir novas perspectivas, como as de alunos sem deficiência, docentes e técnicos.

O estudo também recupera o histórico das políticas inclusivas, da Constituição de 1988 à LBI (2015). Embora 8,9% da população brasileira tenha deficiência, apenas 0,7% das matrículas no ensino superior correspondem a esse grupo. Na UNESP, a taxa é de 0,73%; no campus Araraquara, 2,08%.

Este trabalho contribui ao debate ao propor uma análise crítica das práticas institucionais e sugerir caminhos para políticas mais efetivas, sensíveis à diversidade estudantil.

2. OBJETIVOS

¹Graduanda em Ciências Sociais pela UNESP, luana.rocha@unesp.br.

Apesar da Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão, a pesquisa investiga os fatores que ainda limitam a inclusão plena de estudantes com deficiência, neuro-divergência e transtornos de aprendizagem, com foco nas percepções discentes e nos desafios metodológicos, sociais e estruturais, considerando marcadores como raça, classe e gênero.

Se ampliada, a pesquisa aprofundará o questionário com perguntas sobre cidade de origem, autodeclaração sem laudo, e percepção de alunos sem deficiência. Também incluirá perspectivas de docentes e técnicos para uma visão mais completa sobre as barreiras institucionais.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A princípio, adotou-se a teoria de Elias, mas ela foi descartada por não contemplar opressões estruturais. A pesquisa passou a se apoiar em três referenciais principais:

- **Maria Helena Patto:** estrutura educacional como reprodutora de exclusão;
- **Émile Durkheim:** coerção de normas universitárias sobre estudantes com deficiência;
- **Paul F. Lazarsfeld:** técnicas quantitativas para cruzamento de dados.

A abordagem é mista, com dados quantitativos e qualitativos via questionários e análise interseccional de base dialética. Considera-se também a adoção futura da perspectiva interacionista simbólica.

Essa metodologia evidencia como a coerção social universitária impõe padrões normativos que forçam a adaptação de alunos com deficiência, contribuindo para sua exclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inclusão no ensino superior ainda é limitada. Apenas 0,7% das matrículas são de pessoas com deficiência. Na UNESP, são 282 discentes com deficiência. Em Araraquara, 48 entre 2.328 (2,06%). Só em Ciências Sociais, são 24 alunos.

Na amostra de 56 alunos, 15 têm deficiência ou neurodivergência (26,8%). A maioria é branca (66,1%), cisgênero (78%) e jovem (94,6% entre 18-34 anos); 64,3% se identificam como LGBTQIAPN+. Os cursos mais representados foram Ciências Sociais (57,1%), Letras (19,6%) e Administração Pública (16,1%).

Entre os 15 estudantes com deficiência, 80% relataram TDAH (26,7%), TEA (20%) ou ambos (13,3%). Também surgiram casos de transtorno bipolar (13,3%) e depressão/ansiedade (6,7%). Cerca de 60% enfrentam barreiras, principalmente metodológicas (16,9%), programáticas (13,6%) e sociais (13,8%). Alunos sem deficiência também relataram barreiras, como metodológicas (14,8%) e arquitetônicas (13,1%).

As principais dificuldades apontadas foram: falta de formação docente (40%) e ausência de pessoal especializado (36,7%). A análise durkheimiana mostra como as normas universitárias excluem por coerção. A exigência de adaptação e o mascaramento de traços neuro-divergentes são recorrentes. Há também coerção econômica e moral, com estigmas e subestimação das capacidades.

Segundo Patto, há transferência da responsabilidade institucional para o indivíduo. A universidade negligencia seu papel na inclusão e transfere ao aluno a adaptação, marginalizando quem não se encaixa.

Depoimentos reforçam essa realidade. Um estudante denuncia a “recusa deliberada de professores em se atualizarem”. Outro relata culpa após ser chamado de “fresco”, sentimento superado só com terapia. Um terceiro não consegue justificar faltas por crises de transtorno bipolar. Outro caso expõe práticas capacitistas em sala de aula.

Entre os 15 alunos com deficiência, 73,3% disseram que professores raramente fazem adaptações. A falta de recursos financeiros é apontada por 13,3% dos alunos com deficiência e 16,2% dos demais. O atendimento institucional foi avaliado como regular ou ruim por 78,9% dos alunos com deficiência e 82,9% dos demais.

Entre os alunos sem deficiência, 92,7% já conviveram com colegas com deficiência, mas 58,5% mantêm pouca ou nenhuma proximidade. Além disso, 61% raramente estudam ou pesquisam sobre inclusão. Isso revela lacunas na formação de futuros professores: faltam práticas pedagógicas inclusivas e disciplinas específicas.

Um aluno de licenciatura neurotípico questiona: “Como seremos docentes preparados para a sala de aula sem conteúdos que abrangem necessidades especiais?”. A pesquisa reconhece a responsabilidade dos docentes, mas destaca a falta de formação, apoio e valorização, apontando também a necessidade de responsabilização dos planejadores de políticas públicas. Nas instituições privadas, a pressão por adaptações é maior, mas nem sempre efetiva.

Conclui-se que a inclusão exige mudanças estruturais e culturais, como formação continuada, políticas eficazes e valorização da diversidade. A próxima etapa será escutar docentes e técnicos para compreender as barreiras com mais profundidade.

A urgência de um compromisso institucional é clara: só com ações coletivas será possível construir uma universidade verdadeiramente inclusiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela uma desconexão entre as políticas de inclusão e a realidade institucional da UNESP Araraquara. Estudantes com deficiência e neuro-divergência ainda enfrentam barreiras significativas, principalmente metodológicas e sociais, afetando seu desempenho e permanência.

As contribuições teóricas de Patto e Durkheim ajudam a entender como a universidade reforça padrões excludentes. Os relatos mostram a pressão por adaptação a um modelo único de ensino, invisibilizando necessidades específicas.

A inclusão plena exige compromisso institucional, com formação docente contínua, recursos adequados e uma cultura que valorize a diversidade. Somente com transformações estruturais profundas será possível garantir que todos os estudantes prosperem acadêmica e pessoalmente.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão*. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/legislacao/lei-brasileira-de-inclusao>. Acesso em abril de 2024.

DURKHEIM, Elias. **As Regras do Método Sociológico**. Martins Fontes, São Paulo, 2007.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2000.

KLEIN, Ana Maria; SOUZA, Leonardo Lemos de. **Censo sobre a Diversidade UNESP 2021**.

OLIVEIRA, Andre Luiz Nunes de. [mensagem pessoal]. 9 de maio de 2024.[para] SIMÃO, Luana Nascimento Rocha. Mensagem recebida em: luana.rocha@unesp.br

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebelia**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022

Pessoas Deficiência - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos, pesquisas e sistemas do Governo Federal. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, outubro de 2023. Acesso em fevereiro de 2024

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/Relatorio_CGIE_PCD_.pdf